



**inov  
sea**

INOVAÇÃO E  
COMPETITIVIDADE  
NA ECONOMIA  
DO MAR

**ECONOMIA DO  
MAR - ESTRATÉGIA  
PARA AS REGIÕES  
COSTEIRAS DO  
ALTO MINHO E  
BAIXO MONDEGO**

**JORNADA EXPORTAR**

9 de junho, Viana do Castelo

**RELATÓRIO FINAL**

Promovido por:



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL  
DE VIANA DO CASTELO



Cofinanciado por:

COMPETE  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional

## FICHA TÉCNICA

2

### Título

Jornada EXPORTAR na Economia do Mar – 9 de junho 2022 – Viana do Castelo  
Relatório Final

### Promotores

AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo  
ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz

### Autoria

CH Business Consulting, SA

### Equipa

Álvaro Sardinha (autoria) – EconomiaAzul  
Lurdes Morais (coordenação), Joana dos Santos, Raquel Ribeiro – CH Business Consulting, SA

### Data

Junho 2022

### Projeto

INOVSEA - Inovação e competitividade na economia do mar  
Projeto nº 46935 / 02/ SIAC/ 2019 - SIAC (Qualificação)

## Conteúdo

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. PROGRAMA DO EVENTO .....	6
3. ENTIDADES PARTICIPANTES .....	7
4. APRESENTAÇÃO DE ENTIDADES .....	8
4.1 PROMOTORES PROJETO INOVSEA .....	8
ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz .....	8
AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo .....	8
4.2 ENTIDADES .....	9
Câmara Municipal de Viana do Castelo .....	9
CCDR-NORTE – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte .....	9
Xunta de Galicia .....	9
aicep Portugal Global .....	10
Turismo do Porto e Norte de Portugal .....	11
IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo .....	12
Ministério da Economia e do Mar .....	12
5. APRESENTAÇÕES DE ORADORES .....	13
5.1. VÍDEO DO EVENTO .....	13
5.2. ABERTURA DA SESSÃO .....	13
Manuel Cunha Júnior (AEVC) .....	13
Nuno Lopes (ACIFF) .....	13
Luís Nobre (Câmara Municipal de Viana do Castelo) .....	14
5.3 ORADORES CONVIDADOS .....	14
Paulo Santos (CCDR-NORTE) .....	14
Marta Villaverde Acuña (Xunta de Galicia) .....	18
José Junqueiro (aicep Portugal Global) .....	21
Inácio Ribeiro (Turismo Porto e Norte de Portugal) .....	24
Carlos Rodrigues (IPVC) .....	26
5.4 INOVSEA: PORTUGAL E O MUNDO – O MAR QUE NOS UNE .....	27
Álvaro Sardinha (INOVSEA) .....	27
5.5 ENCERRAMENTO .....	30
José Maria Costa (Ministério da Economia e do Mar) .....	30

7. ANÁLISE DO EVENTO E CONCLUSÕES .....	35
8. AVALIAÇÃO DO EVENTO .....	36
9. FOTOGRAFIAS DO EVENTO .....	38

## 1. INTRODUÇÃO

A Jornada EXPORTAR na Economia do Mar, a quarta jornada prevista no Plano de Ação INOVSEA, realizou-se no passado dia 9 de junho, nas instalações do Hotel Flôr de Sal, em Viana do Castelo.

O projeto INOVSEA promove a inovação e a competitividade na economia do mar das regiões costeiras do Alto Minho e Baixo Mondego, visando a valorização sustentável do potencial económico dos recursos do mar de ambas as regiões. A inovação, o conhecimento e as redes de cooperação são as peças centrais do projeto INOVSEA. Neste contexto, é potenciada a interligação das empresas a centros de conhecimento e de ciência, através da definição de um ecossistema de inovação que possa apoiar e agilizar o crescimento da economia do mar.

O evento culminou num enorme sucesso, reunindo dezenas de participantes presencialmente e através de acesso online. Ao longo do dia e num ambiente favorável e informal, foi promovida a partilha de ideias, de conhecimento, de experiências e de visão, mas também de contactos através dos vários momentos de *networking*. Esta jornada incluiu ainda um Porto de Honra e jantar de encerramento.

O presente documento pretende resumir os factos registados ao longo do dia e partilhar a riqueza de informação, que instituições e personalidades distintas amavelmente ofereceram a toda a comunidade. Para tal reúne o programa do evento e a lista das organizações participantes no painel de oradores, à qual adiciona uma breve apresentação das mesmas.

De seguida, são resumidas as palavras e ideias transmitidas por todos os oradores, pretendendo-se que o valor das mesmas fique registado num documento partilhável e alcance um público-alvo mais alargado.

Os participantes no evento poderão assim rever os conteúdos partilhados; quem não esteve presente tem também a oportunidade de “beber” informação de altíssima qualidade, relevo e atualidade.

Bem hajam todos!

## 2. PROGRAMA DO EVENTO

6

**TRANSMISSÃO ONLINE**



# exportar

JORNADAS DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

VIANA DO CASTELO

09 - JUN - 22

### PROGRAMA

- 15H00 **RECEÇÃO DOS PARTICIPANTES**
- 15H15 **ABERTURA DA SESSÃO**
  - Manuel Cunha Junior, Presidente da Direção da AEOC
  - Nuno Lopes, Presidente de Direção da ACIFF
  - Luis Nobre, Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo
- 15H30 **O CONTRIBUTO DO MAR PARA A COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS**
  - Paulo Santos, Chefe de Divisão do Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Regional da CCDRN
  - Marta Villaverde Acuña, Subdirectora General de Pesca y Mercados de la Pesca, Xunta da Galicia
- 16H30 **O CONTRIBUTO DO MAR PARA UMA ECONOMIA GLOBAL**
  - José Junqueiro, Especialista Economia do Mar, Floresta e Químicos, aicep Portugal Global
  - Inácio Ribeiro, Vice-Presidente do Turismo Porto e Norte de Portugal
- 17H00 **PORTUGAL E O MUNDO - O MAR QUE NOS UNE**
  - Alvaro Sardinha, consultor especialista, equipa de projeto INOVSEA
- 18H00 **ENCERRAMENTO**
  - José Maria Costa, Secretário de Estado do Mar
- 18H30 **PORTO DE HONRA**
- 19H00 **JANTAR**

**HOTEL FLOR DE SAL**



inovsea.pt



Projeto



Promotor



Parceiros






Co-financiado por





### 3. ENTIDADES PARTICIPANTES

#### PROMOTORES

**ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz**

<https://www.aciff.pt/>

**AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo**

<https://aevc.pt/>

#### ENTIDADES CONVIDADAS

**Câmara Municipal de Viana do Castelo**

<http://www.cm-viana-castelo.pt/>

**CCDR-NORTE – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte**

<https://www.ccdr-n.pt/>

**Xunta de Galicia**

<https://www.xunta.gal/>

**Aicep Portugal Global**

<https://www.portugalglobal.pt/>

**Turismo do Porto e Norte de Portugal**

<http://www.portoenorte.pt/>

**IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo**

<https://www.ipvc.pt/>

**Ministério da Economia e do Mar**

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/area-de-governo>

#### PLANO DE AÇÃO INOVSEA

**INOVSEA**

<https://www.inovsea.pt/>

## 4. APRESENTAÇÃO DE ENTIDADES

### 4.1 PROMOTORES PROJETO INOVSEA

#### **ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz**

A ACIFF foi fundada em 1835. Tem por objetivos e fins, de acordo com o artigo 3.º dos seus estatutos: “A defesa dos legítimos interesses e direitos de todos os empresários associados, contribuindo para o prestígio e dignificação da sua atividade” e “promover o desenvolvimento do comércio, indústria e serviços, contribuindo de forma harmoniosa e integrada para o desenvolvimento económico e social da sua área de atuação.” O cargo de Presidente da Direção da ACIFF está atualmente atribuído a Nuno Lopes.

#### **AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo**

A AEVC foi fundada em 1852. O pensamento do grupo de comerciantes e empresários fundadores da Associação consistia em aproveitar o porto de Viana do Castelo para expansão dos negócios e exportações dos seus produtos. Os primeiros estatutos da associação definiam os objetivos da mesma: “indagar as necessidades do comércio e indústria da localidade e procurar todos os meios legais para satisfazê-las. Estudar e defender os interesses comuns dos associados e promover o desenvolvimento de tudo quanto possa contribuir para a sua prosperidade.” Atualmente a AEVC tem como objetivos específicos apoiar as empresas associadas; promover e dinamizar programas de apoio às empresas e à atividade económica; fomentar a ligação entre o tecido empresarial, o setor educativo e as entidades públicas; promover a internacionalização das empresas associadas; e atuar como facilitador de informação empresarial. O cargo de Presidente da Direção da ACIFF está atualmente atribuído a Manuel Lima da Cunha Júnior.



## 4.2 ENTIDADES

### **Câmara Municipal de Viana do Castelo**

A Câmara Municipal de Viana do Castelo é presidida por Luís Nobre, sendo este apoiado por oito vereadores. Viana do Castelo é uma cidade portuguesa, capital do distrito com o mesmo nome, na região do Norte, e integrada na sub-região NUT III do Alto Minho, com cerca de 26 000 habitantes (2021). É sede do município de Viana do Castelo — com 319,02 km<sup>2</sup> de área e 85 784 habitantes (2021) — que está subdividido em 27 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Caminha, a leste por Ponte de Lima, a sul por Barcelos e Esposende, e a oeste pelo oceano.

### **CCDR-NORTE – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte**

De acordo com o Decreto-lei n.º 228/2012 consolidado, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) são serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa e financeira. As CCDR correspondem às 5 regiões de Portugal continental e a área geográfica de atuação de cada uma delas corresponde à circunscrição de municípios de cada região.

As CCDR têm por missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação. As CCDR têm ainda por missão executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação, nos termos da lei.

Especificamente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-NORTE), tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUT II Norte.

### **Xunta de Galicia**

A Xunta de Galicia é definida no Estatuto de Autonomia da Galiza como o órgão colegiado do governo da Galiza. É composta pelo presidente, vice-presidentes e conselheiros. As funções administrativas da Galiza são efetuadas através da Xunta e das conselharias. A Junta regula os seus próprios tributos, elabora as normas para gerir

os impostos estatais e elabora e aplica o orçamento da Galiza. Tem também competências exclusivas, no que se refere a: organização das suas instituições de autogoverno e das comarcas e freguesias rurais como entidades próprias da Galiza; ordenação do território e do litoral, urbanismo e habitação; atuações em relação às instituições do Direito Civil galego; normas processuais e procedimentos administrativos que derivem do Direito especificamente galego ou da organização dos poderes públicos; obras públicas; vias férreas, estradas e transporte; portos, aeroportos e heliportos; aproveitamentos florestais, hidráulicos e relativos à energia elétrica; águas minerais e termais; pesca nos rios e águas interiores; feiras e mercados; artesanato, património artístico, bibliotecas, museus, conservatórios de música e serviços de Belas Artes; fomento da cultura e da investigação; promoção e ensino da língua galega, do turismo e do desporto; assistência social; coesão social; entre outras.

### **aicep Portugal Global**

A aicep Portugal Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal é uma entidade pública de natureza empresarial vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa. Tendo como missão o aumento da competitividade e notoriedade de Portugal, através da dinamização de investimento estruturante e da internacionalização das empresas portuguesas, a AICEP é uma agência de referência que conta com profissionais especializados e Lojas da Exportação, em Portugal, e uma rede externa em mais de 50 países. A aicep Portugal Global inclui ainda a aicep Global Parques, entidade Gestora de Parques Industriais, que atua no aconselhamento da melhor localização para projetos de investimento.

A AICEP identifica oportunidades de negócio internacional e aconselha as empresas portuguesas sobre a melhor forma de abordar os mercados externos, através dos seus gestores de cliente e um conjunto de canais digitais com informação especializada, programas de capacitação e serviços de business *matchmaking*. Potencia o desenvolvimento de processos de internacionalização das empresas portuguesas, nomeadamente PME, com apoio na criação e implementação de estratégias e alargando a base de clientes e fornecedores locais. É responsável pelo acolhimento de projetos de investimento em Portugal, de origem nacional ou estrangeira, que contribuam para a competitividade e o crescimento sustentável da economia portuguesa. Além de fornecer aconselhamento e informação à medida das necessidades dos clientes, a AICEP acompanha cada etapa dos projetos – desde a

análise e concessão de incentivos à escolha de local de instalação e seleção dos recursos humanos – fazendo, se necessário, o seu posterior encaminhamento para outras entidades, em função do perfil do projeto. Promove a formação de talento jovem português através do programa de estágios internacionais INOV Contacto, contribuindo para a internacionalização da economia portuguesa e a notoriedade da imagem de Portugal no Mundo.

### **Turismo do Porto e Norte de Portugal**

De acordo com o Despacho n.º 8792/2013 (Homologação dos Estatutos da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal), o Turismo do Porto e Norte de Portugal tem por missão a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, a promoção interna e o mercado alargado dos destinos turísticos regionais, bem como a gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional, de acordo com as orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e os planos plurianuais da administração central e dos municípios que a integram.

São atribuições da Turismo do Porto e Norte de Portugal (1) colaborar com os órgãos da administração central e local com vista à prossecução dos objetivos da política nacional que for definida para o turismo, designadamente no contexto do desenvolvimento de marcas e produtos turísticos de âmbito regional e sub-regional e da sua promoção no mercado interno alargado, compreendido pelo território nacional e transfronteiriço com Espanha; (2) definir o plano regional de turismo, em sintonia com a estratégia nacional de desenvolvimento turístico, e promover a sua implementação; (3) assegurar o levantamento da oferta turística regional e sub-regional e a sua permanente atualização, no quadro do registo nacional de turismo, e realizar estudos de avaliação do potencial turístico da respetiva área territorial; (4) organizar e difundir informação turística, mantendo e/ou gerindo uma rede de lojas e/ou postos de turismo e de portais de informação turística; (5) dinamizar e potenciar os valores e recursos turísticos regionais e sub-regionais; (6) monitorizar a atividade turística regional e sub-regional, contribuindo para um melhor conhecimento integrado do setor; e (7) assegurar a realização da promoção da região, enquanto destino turístico e dos seus produtos estratégicos, no mercado interno alargado, compreendido pelo território nacional e transfronteiriço com Espanha.

### **IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo**

O IPVC é uma instituição de Ensino Superior Público, criada pelo Decreto-Lei nº 303/80, de 16 de agosto. É uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial. Os seus estatutos foram homologados pelo Despacho Normativo N.º 7/2009, de 26 de janeiro, e alterados pelo Despacho Normativo n.º 17/2021, de 28 de junho.

O IPVC apresenta, a nível interno, um conjunto de regulamentos que orientam a multiplicidade de Unidades Orgânicas, Unidades Funcionais e Órgãos de Gestão que o constituem. Integra 6 Unidades Orgânicas orientadas para projetos de ensino – as Escolas Superiores – e 3 Unidades Funcionais – Serviços de Ação Social (SAS); Biblioteca; Unidade de Gestão de Projetos (UGP). Cabe aos Serviços Centrais do Instituto assegurar a coordenação institucional das atividades de gestão de pessoal, patrimonial, administrativa, financeira, planeamento global e apoio técnico. As referidas Unidades Orgânicas incluem a Escola Superior de Educação (ESE); a Escola Superior Agrária (ESA); a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG); a Escola Superior de Ciências Empresárias (ESCE); a Escola Superior de Saúde (ESS); e a Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL).

### **Ministério da Economia e do Mar**

O Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, aprovou o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional, adotando a estrutura adequada ao cumprimento das prioridades enunciadas no seu Programa. No seu âmbito, o Ministro da Economia e do Mar tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, do investimento e da inovação, à internacionalização das empresas, à promoção da indústria, do comércio, dos serviços e do turismo, à defesa dos consumidores e à coordenação transversal dos assuntos do mar, através da definição e acompanhamento da Estratégia Nacional para o Mar, da promoção do conhecimento científico, da inovação e do desenvolvimento tecnológico na área do mar, da definição e coordenação da execução das políticas de proteção, planeamento, ordenamento, gestão e exploração dos recursos do mar, da promoção de uma presença efetiva no mar, dos seus usos e de uma economia do mar sustentável, da náutica de recreio e da segurança marítima, e a gestão dos fundos nacionais e europeus relativos ao mar, bem como o desenvolvimento de grandes investimentos e projetos associados ao mar.

## 5. APRESENTAÇÕES DE ORADORES

### 5.1. VÍDEO DO EVENTO

O vídeo integral do evento e as apresentações dos oradores poderão ser acedidos na página do projeto INOVSEA, em <https://inovsea.pt/events/detail/19>.

### 5.2. ABERTURA DA SESSÃO

(vídeo 20:50 – 32:30 | 12 minutos)

#### **Manuel Cunha Júnior (AEVC)**

Manuel Cunha Júnior é Presidente da Direção da AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo, uma das entidades promotoras do projeto INOVSEA. Iniciou a Jornada EXPORTAR dando as boas-vindas a todos os presentes e público online. Referiu a importância de existir foco e coordenação nas atividades de desenvolvimento da economia do mar, sublinhando a necessidade de uma liderança a nível nacional, e uma linha de conduta coordenada a nível regional. Manifestou o agrado pelo facto de ter sido lançada uma *task force* para o mar, pelo atual governo, iniciativa que será um fio condutor para os trabalhos a desenvolver. Concluiu referindo que o projeto INOVSEA deverá ter continuidade e não ficar apenas escrito no plano de ação, manifestando esperança nos apoios e colaboração de todas as partes interessadas das duas regiões.

#### **Nuno Lopes (ACIFF)**

Nuno Lopes é Presidente da Direção da ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz. Apresentou igualmente as boas-vindas a todos os presentes e público online. Lembrou que o projeto INOVSEA caracterizou as capacidades de cada território e identificou as lacunas existentes, transformando as mesmas em oportunidades e alertando as empresas para o seu aproveitamento. Sublinhou também que o projeto INOVSEA não deve ser apenas um documento e que as medidas que preconiza devem ser efetivamente implementadas, aproveitando o atual posicionamento estratégico do

governo. É agora tempo de juntar todas as partes interessadas e colocar o plano de ação em marcha, para que se concretizem as suas medidas, se possível na totalidade.

### **Luís Nobre (Câmara Municipal de Viana do Castelo)**

Luís Nobre é presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, sendo ainda responsável pelas áreas funcionais que incluem a administração financeira, obras públicas e reabilitação urbana, internacionalização, coesão territorial, desenvolvimento económico e turismo. Luís Nobre iniciou a sua apresentação dando as boas-vindas a todos os participantes, felicitando as entidades promotoras pela iniciativa e capacidade de desenvolvimento do projeto INOVSEA. Considera que está criado o ecossistema para se concretizar a implementação do projeto, dado que existe já muita comunicação, visibilidade e condições para avançar. Sublinhou que o tema principal do evento – exportar – é absolutamente determinante para o sucesso da economia azul em Portugal. Considera fundamental incrementar a exportação de inovação, produtos, serviços e as capacidades existentes nas regiões, apoiando as empresas existentes e as que vierem a ser constituídas, dinamizando assim a economia.

## **5.3 ORADORES CONVIDADOS**

### **Paulo Santos (CCDR-NORTE)**

(vídeo 33:10 – 1:01:00 | 28 minutos)

Paulo Santos é Chefe de Divisão do Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Regional da CCDR-NORTE.

Paulo Santos partilhou a sua visão no domínio da economia do mar, estruturando a sua apresentação em 6 pontos: a competitividade e internacionalização do Norte; o diagnóstico dos recursos e economia do mar no Norte; os apoios do Portugal 2020; a estratégia regional de especialização inteligente e o respetivo domínio prioritário “Recursos e Economia do Mar”; finalizando com algumas conclusões.

Relativamente à questão da caracterização da região Norte, sublinhou a sua vocação exportadora, com um modelo de competitividade assente nos vetores industrialização, internacionalização e inovação. Detalhou ainda que o Norte tem sido a região mais exportadora do país, com cerca de 36,6% do total nacional em 2021, e com o valor das

exportações a aumentar em 45,4%, entre 2011 e 2021. A taxa de cobertura foi de 116,7%, valor que permitiu um excedente na balança comercial de bens em cerca de 3,3 mil milhões de euros. O Norte apresenta assim uma forte intensidade exportadora de bens e serviços, atingindo os 46,5% e situando-se acima do valor médio de Portugal.

Relativamente à distribuição das exportações, apresentou gráfico ilustrativo do peso das exportações das NUTS III na região Norte e os principais produtos exportados na NUTS III do Alto Minho, com dados de 2021. Evidenciou que, nas NUTS III da Região Norte, as exportações de bens das empresas com sede na área metropolitana do Porto representam 50% do total, surgindo o Alto Minho em quarto lugar, com cerca de 8%. Os principais produtos exportados do Alto Minho estão sobretudo associados ao setor automóvel, papel cartão e máquinas. No âmbito da economia do mar destacou as exportações de embarcações e estruturas flutuantes, com o Alto Minho a representar 87% das exportações da região Norte.

Ainda relativamente à região Norte, destacou a importância de duas grandes fileiras da economia do mar. Na fileira da pesca e aquicultura marinha, transformação e comercialização dos seus produtos, a atividade de comercialização tem maior expressão, seguida da transformação e da pesca, com a aquicultura a ter um peso residual. Destacou também a fileira das atividades de recreio, desporto e turismo, em particular a atividade relacionada com o alojamento costeiro (municípios com fronteira costeira). As atividades relacionadas com a construção, manutenção e reparação navais, e as atividades relacionadas com portos, transporte e logística, surgem com menor expressão.

Relativamente ao diagnóstico dos recursos e economia do mar na região Norte, detalhou a apresentação em dois grandes grupos: os recursos e ativos endógenos; e os recursos e ativos científicos e tecnológicos. Relativamente aos primeiros, destacou a importância dos recursos eólicos e de ondas; das algas para a produção de biocombustíveis; da exploração biotecnológica dos recursos marinhos vivos não tradicionais e seus subprodutos; e dos recursos naturais associados ao turismo náutico, turismo de cruzeiros, turismo costeiro e o turismo de saúde e bem-estar. Relativamente aos recursos e ativos científicos e tecnológicos, destacou a importância do capital humano, da produção científica e das instituições científicas e tecnológicas, tendo sido identificadas 37 instituições na região, abrangendo áreas de estudo e investigação nos domínios das ciências marinhas e ambientais, energia, biotecnologia, aquicultura, recursos oceânicos, alimentação e nutrição, biodiversidade, hidrogeologia, química, ciências biológicas, engenharia dos materiais, engenharia

mecânica, robótica, automação, telecomunicações, sensores, engenharia eletrotécnica, eletrónica e informática, ciências da saúde e farmacêuticas, metalomecânica, geologia, e engenharia e construção.

Ainda no domínio do diagnóstico dos recursos e economia do mar na região Norte, detalhou as infraestruturas marítimo-portuárias, evidenciando que o sistema portuário do Norte representa mais de um quinto do tráfego marítimo nacional, sendo uma infraestrutura essencial para a projeção internacional da região. Particularizou que o porto de Leixões assume uma posição de referência na movimentação de cargas; e uma crescente diversificação da oferta de serviços, na qual sobressaem a atração de atividades logísticas de proximidade e a dinamização do turismo de cruzeiros. Evidenciou, também, que a estratégia de integração e desenvolvimento articulado entre os portos de Leixões e de Viana do Castelo e a via navegável do Douro tem vindo a potenciar sinergias entre estas unidades, contribuindo para atenuar eventuais limitações de capacidade em alguns segmentos e permitindo identificar vocações específicas. A manutenção da competitividade internacional destas infraestruturas, depende de uma particular atenção à preservação de capacidade portuária de movimentação de cargas, adequada às características da crescente procura global; e à melhoria das acessibilidades rododiferroviárias terrestres, com a eliminação dos obstáculos que ainda se colocam. No caso específico do porto de Viana do Castelo, destacou a importância da avaliação da viabilidade de melhoria das acessibilidades marítimas e de renovação do equipamento de elevação, para potenciar um incremento das atividades de construção e reparação naval; e o fabrico de componentes eólicos, aproveitando as oportunidades colocadas pelos desafios da descarbonização, da transição energética e da digitalização.

Relativamente aos apoios à economia do mar no âmbito do programa operacional Portugal 2020, apresentou dois gráficos ilustrando as aprovações à economia do mar do Portugal 2020 com investimento total por NUTS II; e as aprovações à economia do mar do Norte 2020 com investimento total NUTS II por setor económico (Conta Satélite do Mar CSM). Sublinhou a importância do trabalho desenvolvido no âmbito do ITI Mar e o valor da informação regional partilhada nos seus relatórios. Concluiu que o investimento total aprovado à economia do mar do Portugal 2020 totalizou cerca de 2,9 mil milhões de euros, com o Norte a representar 559 milhões de euros, ou seja, 19% do total. No caso do Norte 2020, os apoios atingiram os 97 milhões de euros de investimento elegível. O turismo costeiro (alojamento); seguido do I&D&I; e do ensino,



formação profissional, estágios e apoio à contratação; foram os principais setores económicos apoiados, de acordo com dados de final de 2020.

Olhando para o futuro, apresentou sucintamente a Estratégia Regional de Especialização Inteligente S3 Norte 2027, que inclui 8 domínios prioritários, um deles o domínio “Recursos e Economia do Mar”. Esta estratégia tem como objetivo a promoção da inovação e competitividade em domínios prioritários, onde existe massa crítica regional relevante, designadamente os recursos e ativos tecnológicos, não tecnológicos e a inovação; e os chamados utilizadores avançados: tendências de médio e longo prazo tecnológicas e sociais e as transições digital e energético-ambiental. Relativamente aos objetivos estratégicos e transversais, foram identificados como foco as pessoas e o território; e como contexto as transições digital e climático-energético-ambiental; articulando com as agendas temáticas do Portugal 2030 e de forma integrada com a Estratégia Regional Norte 2030. O modelo de governação da estratégia S3 NORTE 2027 tem como princípios chave a liderança colaborativa e inclusiva, e a governação multinível.

Ainda sobre a estratégia apresentada e focando o designado domínio prioritário “Recursos e Economia do Mar”, foi estabelecido um referencial analítico que promove o estabelecimento de relações de articulação entre engenharias aplicadas; recursos do mar; e atividades económicas que os valorizem; favorecendo a criação de sinergias para a criação de valor e a geração de emprego na economia do mar, preservando e promovendo a utilização sustentável dos recursos marinhos. Os instrumentos de política, nomeadamente o programa operacional Norte 2030, terão foco no desenvolvimento de uma região mais inteligente, com apoios orientados à investigação, inovação e competitividade de empresas, com objetivos específicos e tipologias de ação definidas. Existem ainda outros instrumentos, nomeadamente o programas temáticos do Portugal 2030, o PDR, e os programas de cooperação territorial europeia e programas de gestão centralizada da Comissão Europeia (como o Horizonte Europa) e o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Em termos de internacionalização destaca-se o foco em medidas de cooperação internacional, com o objetivo de potenciar a participação dos atores regionais em programas europeus, redes internacionais e cadeias de valor globais nos domínios prioritários da S3 NORTE 2027. Destacam-se assim o desenvolvimento de atividades de networking internacional no âmbito dos Programas Europeus; das Redes Europeias; e de estratégias conjuntas como a Estratégia de Especialização Inteligente Transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal (RIS3T).

Em finalização, apresentou algumas conclusões. Por um lado, o reconhecimento de que a economia do mar integra múltiplas atividades, desde as mais tradicionais às mais recentes, sendo fundamental implementar uma estratégia de desenvolvimento económico sustentada na procura externa, atenta às especificidades da região Norte, visando a melhoria do posicionamento competitivo regional à escala global; a intensificação tecnológica da base produtiva; e a valorização económica de ativos e recursos intensivos. No caso do domínio prioritário “Recursos e Economia do Mar”, referiu que se pretende criar e fomentar atividades económicas associadas ao mar, valorizando os seus recursos específicos e promovendo lógicas pró-ativas da gestão de dinamização e qualificação da procura de incentivos, compatível com o objetivo de mudança estrutural da economia regional, enfrentando um desafio que permanece: transformar potencialidades em realidades, do ponto de vista da valorização económica de recursos e ativos e, com isso, promover o crescimento económico e o emprego.

### **Marta Villaverde Acuña (Xunta de Galicia)**

(vídeo 1:01:20 – 1:35:20 | 34 minutos)

Marta Villaverde é Subdiretora General de Pesca y Mercados de la Pesca, na Xunta de Galicia.

<https://foroacui.com/marta-villaverde-acuna/>

Marta Villaverde iniciou a sua apresentação referindo a importância do mar para a Comunidade Autónoma da Galiza e a necessidade de colaboração entre as regiões perante desafios comuns. Caracterizou de forma sucinta a sua região, referindo que a pesca e as outras atividades associadas à economia do mar assumem particular importância, existindo um vínculo desta comunidade ao mar, desde tempos remotos.

Relativamente à atividade da pesca, referiu que na Galiza convivem de forma harmoniosa várias atividades, incluindo a *pesca de altura* (pesca em alto-mar; pesca em águas marítimas, em zonas afastadas da costa); a *pesca de gran altura* (pesca nas zonas mais remotas dos continentes, em águas oceânicas); a *pesca de baixura* (pesca que se realiza perto da costa); e o *marisqueo* (atividade exercida pelos marisqueiros, que consiste na criação, captura e coleta de mariscos). O turismo e outras atividades ligadas ao mar assumem também importância estratégica para a Galiza, como atividades alternativas.

Apresentou depois tabela com dados de 2021, caracterizando de forma detalhada as embarcações de pesca (comprimento, arqueação e potência) registadas na Galiza, relacionando esta informação com as áreas em que estas operam e com as artes de pesca utilizadas. No final do ano referido, encontravam-se registadas 4260 embarcações de pesca. Destas, 4088 desenvolvem a sua atividade em águas nacionais na região Cantábrico-Noroeste, apresentando um comprimento médio de 7,55 metros. A pesca em águas comunitárias regista 73 embarcações, com comprimento médio de 31,24 metros; e a pesca em águas internacionais regista 99 embarcações, com comprimento médio de 42,68 metros. Algumas destas embarcações são navios fábrica, com capacidade para pescar e processar/congelar o pescado. A frota da Galiza representa quase 60% da frota espanhola e cerca de 10% da frota da União Europeia, assumindo assim enorme importância no setor.

Apresentou de seguida tabela com dados de 2019, caracterizando a população empregada nas atividades de pesca de captura, diferenciando a mesma por áreas de pesca e por número de tripulantes das embarcações. A pesca em águas nacionais na região Cantábrico-Noroeste, empregava na altura 8942 pescadores (96,17% do total). A pesca em águas comunitárias empregava 1059 pescadores (1,59% do total); e a pesca em águas internacionais empregava 950 pescadores (2,24% do total). A informação partilhada, assim como outras estatísticas relacionadas com a pesca, encontra-se disponível com dados atualizados e detalhados, num portal desenvolvido especificamente para a pesca na Comunidade Autónoma da Galiza, disponível em <https://www.pescadegalicia.gal/>.

Sublinhou que as estatísticas disponíveis mostram que a população envolvida na pesca está a envelhecer, existindo menos jovens no setor. Para fazer face a esta situação, estão a ser implementadas políticas que tornem o trabalho no mar mais atrativo para os jovens. Salientou ainda que existem poucas mulheres nas atividades de pesca de captura (cerca de 4,65% do total), sendo a atividade principalmente desenvolvida por homens. De uma forma geral, a população empregada na pesca de captura tem vindo a diminuir desde 2011, tanto nas áreas de pesca nacionais, como nas comunitárias e nas internacionais, estando o fenómeno associado à falta de atratividade do setor, mas também à automatização de algumas funções a bordo.

A atividade desenvolvida pelos marisqueiros (*marisqueo a pe*) assume também relevante importância na Galiza, devido à baixa profundidade da plataforma continental em certas zonas costeiras. Estas áreas são acessíveis a pé, sem a necessidade de embarcações, sendo os recursos extraídos diretamente pelos

marisqueiros. O acesso à atividade é regulado através de autorização administrativa, existindo atualmente 3154 permissões ativas. A atividade é principalmente desenvolvida por mulheres (75% do total).

Todos os produtos da pesca e da atividade de *marisqueo* entram no território através de postos autorizados. A Comunidade Autónoma da Galiza conta com 128 portos ao longo da sua costa, dos quais 122 são geridos pela Xunta de Galicia, através da entidade pública Portos de Galicia, ligada à Consellería do Mar. Os outros seis, maiores e de interesse geral do Estado, dependem do Ministério das Obras Públicas e são geridos por cinco Autoridades Portuárias: Vigo, Marín, Vilagarcía, A Coruña e Ferrol-San Cibrao. De todos eles, 83 estão autorizados a receber produtos da pesca de captura, aquicultura e *marisqueo*, para primeira venda em mercados de peixe designados por *lonxas*. Apresentou de seguida tabela ilustrativa das quantidades de pescado fresco e quantidades de pescado congelado em 2021, por grandes grupos, sendo de destacar a importância em peso dos peixes (87,03%); dos bivalves (5,34%); e dos cefalópodes (5,30%).

Relativamente a aquicultura, a região da Galiza regista 4961 estabelecimentos autorizados, incluindo viveiros, parques de cultivo marinho, pisciculturas, maternidades, e *granxas marinas*, envolvendo 2578 empresas e empregando 5622 pessoas. Em termos de produção da aquicultura, destacou a importância dos bivalves (96,85% em peso) com destaque para a produção de mexilhão; e da produção de peixe (3,15% em peso), com destaque para a produção de rodvalho. Apresentou ainda tabela explicativa da evolução das exportações de produtos provenientes das atividades de pesca e aquicultura, e de produtos resultantes de transformação e congelamento de pescado. Relativamente ao peso do setor da pesca no Produto Interno Bruto da Galiza, salientou que, em 2019, as atividades da pesca e aquicultura representaram 0,92% do PIB; e que as atividades da pesca, aquicultura e transformação de pescado representaram 1,71% do PIB. Em termos de emprego e em 2019, as atividades da pesca e aquicultura deram trabalho a 1,85% da população ativa (11 694 pessoas); e que as atividades da pesca, aquicultura e transformação de pescado empregaram 2,86% da mesma população (33 026 pessoas).

Concluiu a sua apresentação sublinhando que não existe nenhum Estado membro da União Europeia, em que o setor da pesca que tenha a relevância económica que tem na Galiza.

### **José Junqueiro (aicep Portugal Global)**

(vídeo 01:36:30 – 01:49:50 | 14 minutos)

José Junqueiro é especialista em economia do mar, florestas e químicos, na aicep Portugal Global.

<https://www.linkedin.com/in/jjunqueiro/>

José Junqueiro iniciou a sua apresentação estabelecendo a AICEP como interlocutora portuguesa na dinâmica económica, uma entidade pública que promove a captação de investimento; fomenta a imagem global de Portugal nos mercados externos; e apoia a internacionalização das empresas portuguesas e a sua atividade exportadora. Para cumprir a sua missão, a AICEP aposta num serviço de informação e apoio técnico, numa lógica de proximidade ao tecido empresarial, através da utilização de canais digitais. Conta com uma rede externa distribuída por 65 mercados nos 5 continentes; com gestores de clientes e lojas de exportação em Portugal; e promove apoios financeiros à internacionalização das empresas.

Referindo-se ao mar como epicentro da economia global, destacou vários pontos relevantes e que deverão ser considerados pelas empresas, entre os quais se destaca que o oceano cobre dois terços da superfície do planeta, sendo usado para transportar mais de 80% de todas as mercadorias que circulam no mundo. Na UE cerca 75% do comércio exterior é feito por via marítima. O valor dos recursos costeiros e marinhos global atinge 3 triliões de dólares – cerca de 5% do PIB mundial (ONU). Cerca de 350 milhões de empregos estão ligados ao oceano por meio de atividades de pesca, aquicultura, turismo costeiro e marinho e atividades de pesquisa. Espera-se que o comércio marítimo continue a crescer a uma taxa anual de pelo menos 3% até 2030 (OCDE) e o comércio de produtos marinhos representa oportunidades para o crescimento económico, diversificação das exportações e novos investimentos. Cerca de metade da população mundial, a maioria das grandes cidades e indústrias, e as cadeias de valor críticas, concentram-se em áreas costeiras para facilitar acesso a rotas de transporte garantindo fluxos contínuos de recursos e produtos. Salientou ainda que uma economia oceânica sustentável pode oferecer empregos de melhor qualidade, energia mais limpa, melhor segurança alimentar e maior resiliência, constituindo a espinha dorsal de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e de longo prazo, contribuindo para a proteção do oceano.

Referindo-se a Portugal inserido na economia global, destacou que o nosso país é o maior Estado costeiro da União Europeia, assumindo uma centralidade na bacia do Atlântico, assumindo a economia do mar um papel de vetor estratégico de desenvolvimento e crescimento económico e de afirmação de Portugal no mundo. Reforçou que o cluster do mar representa 5,1% do Produto Interno Bruto nacional; 7,1 mil milhões de euros em VAB, empregando mais de 4% de portugueses. Os produtos do mar valem 5% das exportações nacionais (INE/CSM). A pesca e a aquicultura, a salicultura, a construção naval, a atividade portuária, os transportes marítimos, as obras costeiras e a náutica, representam 45,8% do total do VAB da economia do mar e mais de metade do emprego registado (51,2%), de acordo com dados da Conta Satélite do Mar (CSM).

Em termos de vantagens competitivas, Portugal destaca-se por apresentar um sector com forte tradição e raízes na mentalidade nacional; mão-de-obra experiente a custos competitivos; centros de R&D nacionais; posição geoestratégica privilegiada; produção num país da UE com certificação reconhecida; cultura de negócios internacional; e oferta integrada. Em termos de tendências e oportunidades para Portugal, destacou a exportação de energia de fontes renováveis e novos combustíveis marítimos; a integração em cadeias logísticas internacionais; e o aumento do número e tonelagem dos navios que arvoram a bandeira portuguesa. Em termos de investimento, salientou como oportunidades a aposta em novas unidades de aquicultura, para fazer face ao aumento da procura de peixe a nível nacional e internacional; a aposta em novas concessões de terminais portuários para fazer face ao aumento do tráfego marítimo no Atlântico e reforço da capacidade dos terminais já existentes; e o aumento da procura de embarcações especializadas.

Analisando especificamente o setor do transporte marítimo e portos, referiu que Portugal tem no *shipping* um caminho para a valorização económica da atividade marítima, particularmente em termos da competitividade e do aumento das exportações. De facto, o crescimento da atividade portuária arrasta consigo a localização de empresas tradicionais e tecnológicas de valor acrescentado e mão-de-obra qualificada favorecendo a integração de cadeias logísticas intermodais. Apontou como estatísticas relevantes, que em 10 anos, o crescimento da atividade portuária em Portugal aumentou a um ritmo superior ao da UE e que nos últimos anos, em média, o total de mercadorias movimentadas subiu mais de 40% e o da carga contentorizada, 175%. Acrescentou que 53% do comércio externo da UE passa por águas portuguesas e que 60% das exportações nacionais saem pelos portos portugueses. Concluiu

referindo que o atual projeto de extensão do terminal em Sines, em execução, elevará a sua capacidade para cerca de 4 milhões de contentores.

Neste contexto e relativamente às vantagens competitivas de Portugal, referiu a Janela Única Portuária; a rede Integrada de transportes nos portos; a mão-de-obra qualificada e capaz de se adaptar rapidamente a novos produtos; e a posição geoestratégica única – o Atlântico Norte – situando-se no cruzamento das principais rotas marítimas mundiais Norte-Sul e Este-Oeste. Referiu ainda que Portugal é privilegiado para o negócio do *bunkering* de GNL, nos seguintes segmentos: navegação comercial, turismo (navios de cruzeiro) e transporte de longa e curta distância. Em termos de tendências e oportunidades, referiu o aumento do volume de mercadorias transportadas por via marítima; o reforço da capacidade de transporte de curta distância intraeuropeu; o crescente recurso ao GNL; o aumento da procura de rotas para a América do Sul e África; e a definição de Porto *hub*, com capacidade para *feeding* entre portos.

Abordou também a segunda Conferência do Oceano das Nações Unidas, que se realiza em Lisboa, de 27 de junho a 1 de julho de 2022, com o apoio dos Governos de Portugal e do Quênia. Esta Conferência tem como foco a promoção do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14: preservar e usar de modo sustentável os recursos do mar; reafirmar a urgência da ação climática em geral, e da oceânica em particular; promover a valorização e intensificação da economia azul; e reunir os principais atores da comunidade oceânica global em Portugal. Para alcançar estes objetivos, a conferência apela à ação pelo oceano, exortando os líderes mundiais e todos os decisores a aumentarem a ambição, a mobilizarem parcerias e incrementarem o investimento em abordagens científicas inovadoras, bem como a implementarem soluções baseadas no respeito pela natureza que revertam o declínio da vida do oceano. Apresenta um modelo inclusivo que apela às comunidades, empresas e indivíduos, que desempenhem o seu papel para ajudar a conter a poluição marinha, comprometendo-se com o consumo responsável dos recursos oceânicos.

Concluiu a sua apresentação, referindo que a AICEP será a entidade coordenadora do Fórum de Investimento da Economia Azul Sustentável (Sustainable Blue Economy Investment Forum, SBEIF), um dos Eventos Especiais a realizar em paralelo à Conferência, que irá decorrer na tarde do dia 28 de junho, no Centro de Congressos do Estoril. O SBEIF é um evento internacional que visa reunir o ecossistema da economia azul dos países pertencentes às Nações Unidas (empresas dos setores público e privado, incluindo start-ups, investidores, entidades financeiras, de incubação, aceleração e inovação, investigadores, academias, ONG e outras organizações

relevantes), de modo a promover parcerias de negócios e o financiamento eficaz e consistente de uma economia do mar inovadora. O evento tem como objetivos lançar um processo standard para projetar economias globais, azuis e sustentáveis, a ser utilizado em instrumentos financeiros, decisões de investimento e negócios. Para o efeito pretende conectar todas as partes interessadas por meio de uma economia azul transformadora, premissa fundamental para um futuro sustentável. Referiu que a ligação intrínseca entre o oceano e a economia mundial globalizada, deve ser percebida como uma só pela comunidade empresarial e todas as partes interessadas e concluiu sublinhando que o SBEIF trará uma contribuição firme ao ampliar, de forma eficiente, o financiamento de projetos ambiciosos e ações oceânicas inovadoras.

### **Inácio Ribeiro (Turismo Porto e Norte de Portugal)**

(vídeo 01:50:20 – 02:03:20 | 13 minutos)

Inácio Ribeiro é vice-presidente do Turismo Porto e Norte de Portugal.

Inácio Ribeiro referiu que o turismo é lazer e alegria, mas os seus dados devem ser fundamentados cientificamente. Falando do turismo e do mar, referiu que após dois anos de pandemia, as regiões do interior mereceram especial atenção e descoberta, em contraste com a tradicional atração das zonas litorais, das suas cidades e das suas praias. A sociedade foi assim obrigada a refletir, tendo concluído que no interior também existem meios aquáticos e praias com bandeiras azuis. Reforçou que é fundamental definir a orientação e estratégia a seguir, localizando os meios financeiros disponíveis e apoiando os promotores dos destinos nos vários territórios. Para apoiar este percurso é fundamental analisar os dados disponíveis. Há alguns anos atrás e relativamente à fileira do turismo associada ao mar, registou-se a participação de cerca de 72 000 pessoas e a sua contribuição na geração de 4,5 milhões de euros em volume de negócios e 1,7 milhões de euros em VAB. A fileira da pesca, aquicultura e a indústria do pescado tem também forte expressão na região, empregando cerca de 20 000 pessoas em mais de 4000 empresas.

Sublinhou que o grande potencial de Portugal, em termos económicos e de turismo em geral, é sustentado pelo oceano que nos rodeia, verificando-se uma elevada intensidade laboral ligada ao mar, potenciando o aproveitamento turístico. Referiu que os portugueses são excelentes vendedores, dando como exemplo o caso do bacalhau, produto externo que se consome de forma diferenciada em centenas de receitas. Nas suas palavras, “o mar é de facto um desafio tremendo, fantástico e excepcional”. Porém,



este potencial é ameaçado pela influência humana, nomeadamente pela poluição e despejo de lixo e produtos tóxicos, o que constitui um grande desafio do ponto de vista ambiental. O atual governo é claro na voz dos seus principais atores, sendo defendido que Portugal deve evoluir para um país cada vez mais sustentável, com um turismo também cada vez mais sustentável, mantendo a sua posição extremamente competitiva a nível mundial. Sublinhou que atualmente já estão a ser ultrapassados os números record registados pelo turismo em 2019, o que augura um futuro positivo. Referiu que Viana do Castelo foi, em tempos de pandemia, um bom exemplo da reação da atividade hoteleira, em particular através dos desportos de deslize associados ao mar, que deram trabalho a muitas pessoas e empresas mostrando a sua resiliência.

O Turismo de Portugal definiu como estratégia a promoção do turismo sustentável e a região Norte deve apostar forte no conceito, procurando uma diferenciação em relação a outras regiões, continuando a atrair e a reter visitantes, esperando vir a receber cerca de 11 milhões de pessoas no futuro (muito acima dos 5,5 milhões de visitantes registados em 2019). A qualidade dos serviços prestados é reconhecida e valorizada e existe potencial para muito mais, dada a excelência e competência dos portugueses, sendo fundamental continuar o trabalho de “venda” no qual considera que somos exímios, o que prova que as pessoas são o melhor que tem o nosso país. O turismo pode e deve concorrer para amplificar a economia do mar sustentável nacional, mantendo-se ambientalmente recomendável. Das 85 praias com bandeira azul que o Norte apresenta, 10 estão localizadas no interior, apresentando estas regiões uma elevada diversidade de oferta de pontos de atração turística. O turismo náutico, a saúde e o bem-estar ligados ao mar apresentam um elevado potencial, sendo necessário reconhecer os desafios e oportunidades com que nos deparamos e que muitas vezes não reconhecemos e protelamos.

Do ponto de vista da economia do mar ligado ao turismo e da sua capacidade de resposta, importa referir o papel dos portos e a criação de infraestruturas e equipamentos, reforçando a capacidade em termos de recursos humanos. Por exemplo, o crescimento do porto de Sines irá proporcionar o desenvolvimento de várias atividades e a criação de múltiplos postos de trabalho. A região Norte tem assim a consciência da necessidade de promover estas infraestruturas, para atrair turismo de maior qualidade e poder de compra. Os turistas procuram efetivamente novas experiências, diferentes, e o mar oferece enormes oportunidades de oferta de novas abordagens e de experiências de aventura e de descoberta.

O turismo associado à economia do mar tem potencial para ajudar a alcançar maior prosperidade para as comunidades e territórios, e oferecer maior valor às gerações do futuro, sendo fundamental assumir um compromisso com os ecossistemas marinhos, procurando e exigindo visitantes que cumpram e que respeitem os recursos do território. Lembrou que dos 5,5 milhões de visitantes que a região Norte recebeu em 2019, 70% centrou-se no Porto e arredores; 20% no Minho; 6% no Douro; e 2% em Trás-os-Montes. Concluiu a sua apresentação sublinhando que “o mar é uma fonte de soluções, de encantos e de desafios” sendo fundamental concorrer para a sustentabilidade do seu grande ecossistema.

### **Carlos Rodrigues (IPVC)**

(vídeo 02:48:20 – 02:54:20 | 6 minutos)

Carlos Rodrigues é presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

[http://portal.ipvc.pt/portal/page/portal/estg/estg\\_corpo\\_docente/\\_dcet\\_crod](http://portal.ipvc.pt/portal/page/portal/estg/estg_corpo_docente/_dcet_crod)

Carlos Rodrigues resumiu o trabalho desenvolvido pelo IPVC reconhecendo o papel multisectorial e multidisciplinar da economia azul, cobrindo um conjunto de atividades que se estendem a territórios muito além do mar. Além das atividades tradicionais registou que novas estão a surgir que merecem especial atenção e preparação. O conhecimento é fundamental para enfrentar os desafios e libertar o valor das oportunidades que estas atividades encerram. O IPVC tem vindo a desenvolver um trabalho relevante no domínio do conhecimento, nos campos do ensino e da investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Relativamente ao ensino, enquadrado na multidisciplinaridade identificada no *hypercluster* da economia azul, estão já disponíveis ações para a reconversão de pessoas e para o aproveitamento de ativos emergentes, para começarem a serem desenvolvidas a partir de setembro, incluindo pós-graduações e ações de curta duração focadas em setores da economia azul. Entre os setores referidos incluem-se as áreas alimentares, as artes, a biotecnologia, a engenharia, o desporto, a educação e literacia, a gestão, a logística, o marketing, os materiais, as tecnologias e o turismo. É fundamental apostar no conhecimento e na capacitação de pessoas para aproveitar as oportunidades.

Relativamente à investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia, sustentou que o IPVC desenvolve trabalho nos setores da economia azul desde há

muitos anos. No entanto, verifica-se atualmente um esforço suplementar nesta área, reconhecendo o papel estratégico de Viana do Castelo no setor, para que a academia possa contribuir e ter maior relevância na economia do mar da região. Apresentou como exemplo o projeto de licenciamento em curso na Câmara Municipal de Viana do Castelo, para acolher uma unidade de investigação em economia do mar sustentável na cidade.

## 5.4 INOVSEA: PORTUGAL E O MUNDO – O MAR QUE NOS UNE

### Álvaro Sardinha (INOVSEA)

(vídeo 02:04:30 – 02:47:30 | 43 minutos)

Álvaro Sardinha é fundador e CEO da iniciativa EconomiaAzul e consultor especializado em economia azul e economia do mar, colaborando com a CH Business Consulting no desenvolvimento do projeto INOVSEA. <https://www.linkedin.com/in/alvarosardinha/>

Álvaro Sardinha dividiu a sua apresentação em quatro temas principais: (1) “Oportunidades na economia azul”; (2) Apresentação do plano de ação INOVSEA e o respetivo cronograma de implementação; (3) “Exportar – Internacionalizar o Mar”; e (4) “Exportar – Blue Intelligence Report”.

Relativamente às oportunidades na economia azul, ilustrou de forma holística a dimensão das atividades relacionadas com o oceano e os mares, mas também com as águas interiores. Sublinhou as oportunidades na indústria de cruzeiros, um setor com um crescimento acentuado e que perspetiva lançar 76 novos navios entre 2022 e 2027, abrindo assim vastas oportunidades para fornecedores de equipamentos de hotelaria, design de interiores, entre muitos outros. Para ilustrar as oportunidades, apresentou o caso da empresa finlandesa ALMACO, especializada em todos os equipamentos e espaços interiores dos navios de cruzeiros, assim como empresas especializadas em design de interiores de navios e iates. Sublinhou que existe uma feira internacional dedicada a empresas fornecedoras – a Cruise Ship Interiors Expo, um evento a não perder para empresas exportadoras. Ilustrou o potencial da indústria de construção naval e de equipamentos marítimos, apresentando a curva de crescimento da frota de super iates a nível global. Identificou também como oportunidades a construção de estruturas e de habitações flutuantes; as plataformas de turismo no meio do mar; os navios residência; os submersíveis tripulados, a biotecnologia aplicada a produtos

farmacêuticos; a produção de embarcações por fabricação aditiva; a construção de navios de pesquisa e de navios autónomos; finalizando com o potencial gigante das tecnologias associadas às energias renováveis no oceano; e a produção de alimentos por agricultura celular. Considera que na economia azul existem oportunidades em “tamanho S, M, L e XL” – oportunidades para todos, independentemente da capacidade financeira ou de apoios ao investimento.

No segundo tema, salientou que o plano de ação INOVSEA é constituído por três partes: o sistema operativo azul; a análise prospetiva por fileira; e as 16 medidas de ação transversais e por fileira. Referiu que o projeto é aberto e que, apesar de ter sido desenvolvido para desenvolver a economia do mar nas regiões do Alto Minho e do Baixo Mondego, o mesmo pode ser implementado em qualquer outra região. Apresentou de seguida o cronograma de implementação das 16 medidas transversais, a começar pela realização da Jornada INOVAR, da Jornada COOPERAR, da Jornada COMPETIR, e da presente Jornada EXPORTAR – enquadradas no domínio da capacitação de empresários. Recomendou a leitura dos relatórios já publicados, com o resumo dos conteúdos e ideias partilhadas nas 3 jornadas já realizadas. Foram de seguida apresentadas as restantes 15 medidas, incluindo a implementação do Centro de Inteligência Azul; a publicação do plano de comunicação estratégica; a realização de Dias Azuis; a realização de iniciativas de âmbito cultural incluindo desporto; as ações relacionadas com a burocracia e modernização; a realização da 1ª Feira de Carreiras e Negócios em Economia Azul; os eventos de ignição de ideias; as iniciativas de empreendedorismo qualificado; o lançamento do observatório do mar; o lançamento do atlas regional do mar; a participação empresarial em eventos nacionais e internacionais; a organização de visitas e estabelecimento de parcerias; a realização do 1º Encontro Nacional de Estudantes da Economia Azul; o lançamento da Escola do Oceano; e o lançamento de programas de ensino politécnico azul.

No terceiro tema – exportar e internacionalizar o mar, identificou as medidas previstas no Plano de Ação INOVSEA e diretamente relacionadas, destacando a medida 1 – Centro de Inteligência Azul; a medida 3 – Observatório da economia do mar; a medida 5 – Feira de Carreiras e Negócios em Economia Azul; a medida 6 – Participação em eventos; a medida 13 – Vistas e parcerias; e a medida 16 – Burocracia e modernização. Destacou com particular ênfase os objetivos e responsabilidades do Centro de Inteligência Azul (CIA), nomeadamente a (1) liderança na implementação e coordenação das medidas apresentadas no plano de ação; a (2) comunicação interna e externa, dinamizando as diferentes iniciativas previstas; a (3) avaliação regular do

progresso e dos resultados alcançados; e (4) o apoio às empresas e entidades envolvidas. Mencionou ainda as 6 unidades constituintes do CIA: a unidade de gestão; a unidade de estágios multidisciplinar; a unidade de carreiras azuis; a unidade de comunicação; a unidade de formação; e a unidade de apoio a empreendedorismo. Referiu também o trabalho desenvolvido pela AICEP no domínio do apoio à internacionalização de empresas, sublinhando a importância do portal Portugal Exporta, com vasta informação estatística e macroeconómica sobre vários países do mundo, destacando o exemplo de Angola. Apresentou também outras fontes de valiosa informação, como a plataforma UNCTADStat e o The EU Blue Economy Report, publicado anualmente pela Comissão Europeia.

No quarto tema – Blue Intelligence Report, sugeriu a necessidade de ser elaborado um relatório de inteligência focado na economia azul de países e regiões. Este trabalho poderá ser realizado pelo Centro de Inteligência Azul (CIA), previsto na medida 1 do Plano de Ação INOVSEA, utilizando uma metodologia de matriz azul com vetores na economia e no direito; e baseada em sete capitais impulsionadores: o (1) capital produzido (infraestruturas, equipamentos, habitação); o (2) capital humano (força de trabalho – competências, saúde, experiência); o (3) capital intangível (conhecimento, inovação, ideias, patentes); o (4) capital financeiro (recursos de apoio ao financiamento das empresas); o(5) capital social (força das comunidades, normas sociais, confiança mútua); o (6) capital institucional (lei, liderança, competência, capacidade); e o (7) capital natural (florestas, rios, mares, oceano, solo, ar, água, etc.). Ilustrou o trabalho desenvolvido pelo Turismo na Austrália, com relatórios de inteligência focados em mercados específicos.

A título de exemplo, apresentou o trabalho realizado neste domínio em visita recente a Angola, tendo sido produzido um Blue Intelligence Report no qual foram identificadas várias oportunidades de colaboração e de exportação de produtos, serviços e competências nacionais. Na apresentação foi ilustrada a atual dinâmica de diversificação económica de Angola e a adesão à Área de Livre Comércio Continental Africana ZCLCA (African Continental Free Trade Area AfCFTA), um acordo que cria a maior zona de comércio livre do mundo, medida pelo número de países participantes. O pacto estabelece a ligação entre 1300 milhões de pessoas em 54 países, com um valor combinado do produto interno bruto (PIB) de USD 3,4 biliões. O acordo irá reduzir as tarifas entre os países membros e abrangerá áreas de políticas como a facilitação do comércio e serviços, bem como medidas reguladoras, tais como padrões sanitários e barreiras técnicas ao comércio. O estudo Blue Intelligence Report realizado em Angola

incluiu a análise da Estratégia Nacional para o Mar de Angola; a estrutura do governo, com foco em nos principais ministérios; planos diretores; fontes de estatística; programas de apoio à economia; planos de desenvolvimento; estratégias setoriais; e cenários de futuro em Angola.

Concluiu a apresentação sublinhando que o projeto INOVSEA é promovido pela AEVC e pela ACIFF, apoiadas pela CH Business Consulting, mas que pode, no entanto, ser adotado em parte ou na sua totalidade, por regiões, países ou iniciativas, em ações externas aos promotores. De facto, o projeto INOVSEA representa know-how exportável sendo fundamental implementar e aproveitar o seu valor, a nível nacional e internacional. Por esta razão torna-se imperioso acelerar a sua implementação em Portugal, através da celebração de um protocolo que envolva o Município de Viana do Castelo; a Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC); o Município da Figueira da Foz; e a Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (ACIFF).

## 5.5 ENCERRAMENTO

### José Maria Costa (Ministério da Economia e do Mar)

(vídeo 02:54:50 – 03:17:40 | 23 minutos)

José Maria Costa é Secretário de Estado do Mar no Ministério da Economia e do Mar.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/area-de-governo>

José Maria Costa agradeceu a presença dos representantes de várias entidades, do público na sala e online, sublinhando a satisfação de regressar a casa, em particular numa fase em que a economia do mar revela uma elevada dinâmica e um número de eventos relevante. Felicitou em particular o trabalho desenvolvido pela AEVC e ACIFF e a sua cooperação em torno de um objetivo comum. Sublinhou que cooperação é mesmo a palavra de ordem a nível nacional e internacional, sendo fundamental trocar experiências, aprender com as boas iniciativas e, como se diz na gíria, “juntar os trapinhos” para se poder fazer mais e melhor. Diferenciou o sentido de competição, privilegiando a colaboração e a cooperação, dado que os desafios que se colocam hoje são de facto grandes e só juntos, criando escala, é possível encontrar soluções.

Saudou o evento INOVSEA, pelo facto de ter selecionado o tema das exportações na economia do mar, o qual considera que não está ainda suficientemente interiorizado. Revelou que esta é uma preocupação partilhada no Ministério da Economia e do Mar,

tendo o Ministro vindo a referir com regularidade que precisamos de criar mais incentivos, para que haja mais investimento - para que as empresas, os bancos e os fundos de investimento possam olhar para a economia do mar como o fazem para outras áreas. Considera que a economia do mar tem riscos como as outras, mas que é uma área emergente, afirmando que “o mar e o oceano são hoje o território do futuro”.

Referiu a realização, em junho, da segunda Conferência do Oceano das Nações Unidas, uma grande responsabilidade para Portugal, que se vai encontrar assim na liderança e com visibilidade global, acolhendo gente de todo o mundo, tendo a oportunidade e o dever de mostrar que é possível fazer mais pela proteção e saúde do oceano. Lembrou que este ocupa cerca de 70% da superfície do planeta; é responsável por 50% da produção de oxigénio; e assume 97% da biosfera. Reconhece que a sociedade não o tem tratado muito bem, sendo fundamental promover uma mudança de *mindset* para começarmos a trabalhar a economia do mar sustentável, com mais conhecimento e inovação. Considera que Portugal se encontra na liderança internacional em alguns domínios de investigação e com projetos muito relevantes, por exemplo na energia eólica flutuante ao largo de Viana do Castelo. Referiu a importância da Conta Satélite do Mar (CSM) e do ITI Mar, referindo que estão a trabalhar para assegurar a sua continuidade. Acrescentou que o trabalho desenvolvido em Portugal neste domínio (CSM) foi aplaudido no relatório da economia azul publicado anualmente pela Comissão Europeia. Relembrou que a economia do mar em Portugal representa 5% do PIB; 5% das exportações; e 4,9% do emprego, o que é um bom ponto de partida.

Referiu que para evoluir é necessário identificar as dificuldades e que, por essa razão, o Ministro da Economia e do Mar constituiu uma *task force* para o mar, para fazer acontecer as medidas previstas no plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2020. Para este objetivo é fundamental assegurar a proteção e a saúde do oceano, para que este possa realmente ser produtivo de forma sustentável. Mas o sucesso passa também pelo conhecimento, através do apoio às iniciativas das universidades e centros de competência. E pela aposta nas energias renováveis do oceano; nas fileiras do pescado; na literacia do oceano; e no turismo sustentável. Foram assim criados oito grupos de trabalho na referida *task force*, que sentaram à mesma mesa pessoas muito relevantes da sociedade, representando vários grupos e setores de atividade. No dia 20 de junho será realizada uma nova reunião, na qual irão ser analisados e discutidos os contributos dos oito grupos de trabalho constituídos,

procurando identificar estrangulamentos legislativos e de licenciamento; e identificar projetos e oportunidades que promovam a cooperação entre instituições.

Afirmou também que o governo deposita grande esperança nas Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, para as quais vão estar disponíveis cerca de mil milhões de euros. Relembrou que as agendas obrigaram a que existisse colaboração entre várias entidades para formar projetos conjuntos, promovendo a ligação entre a academia, as empresas e outros atores dos territórios, para criar mais dinâmica e alcançar melhores resultados. Este é o caminho a seguir na economia do mar, pelo que os contributos dos oito grupos de trabalho são realmente importantes. Pretende-se aumentar a capacidade interna, mas também aumentar a capacidade de exportação, sendo necessário combater as fragilidades no tecido institucional na área do mar, uma das dificuldades encontradas. É necessário congregiar valores e ações, promover o trabalho colaborativo nos territórios.

O governo está também muito atento às oportunidades de relacionamentos, colaboração e de promoção de exportações. Mencionou o trabalho desenvolvido no âmbito da CPLP, tendo sido recentemente aprovada numa cimeira de Ministros do Mar realizada em Angola – na qual participou – uma declaração relacionada com a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, um problema sério em todo o mundo e em particular nas costas do continente africano. No evento foi também aprovada uma segunda declaração de suporte à estratégia do mar, a ser apresentada na segunda Conferência do Oceano das Nações Unidas. Revelou que ficou sensibilizado com a perceção que a CPLP tem do mar, assumindo que esta reúne um conjunto de países marítimos com enorme potencial de cooperação e de desenvolvimento conjunto. Registou que todos os países da CPLP assumem atualmente uma preocupação com o oceano e com as suas estratégias para o mar, existindo a mesma já em Cabo Verde e em Moçambique. Em Angola, a estratégia nacional para o mar encontra-se em fase de consulta pública, tendo sido lançada no dia 26 de maio. Revelou ainda que estão a ser desenvolvidos trabalhos com o governo de Angola, para aprofundar a cooperação nos domínios da investigação e da formação, promovendo a diversificação da atividade económica. Neste âmbito, Portugal foi desafiado a organizar um fórum de economia do mar em Luanda, já nos meses de outubro ou novembro de 2022. Existem também outros pedidos de outros países da CPLP, nomeadamente do Brasil.

Relativamente ao aproveitamento das energias renováveis no oceano, mencionou que está a ser desenvolvido um plano no âmbito do Ministério da Economia e do Mar, estando em curso o desenvolvimento de um plano de situação de ordenamento do



espaço marítimo (PSOEM), que irá ser integrado no plano atual e incluirá as perspetivas futuras. O objetivo é ambicioso e prevê a instalação de uma capacidade de produção de energia de 10 GW ao largo da costa portuguesa. Este projeto exige um trabalho de articulação do ponto de vista legislativo; de cooperação interministerial e entre instituições públicas, nomeadamente a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). É fundamental garantir a articulação com outras atividades no mar, nomeadamente as áreas marinhas protegidas, a pesca, entre outras, compatibilizando usos e interesses. É também necessário articular com entidades como a EDP e a REN, para definir pontos de ligação dos cabos transmissores de energia elétrica, existindo um plano de investimentos subjacente. Pretende-se lançar um novo conceito, não apenas de instalação de estruturas offshore para produção de energia, mas também de conceção de ilhas com novas experiências na produção de aquicultura e na produção de hidrogénio.

Para tudo isto é necessário conhecimento. E se existe economia que precisa de associar o conhecimento para se desenvolver, a economia do mar é uma delas. Sublinhou que o desenvolvimento não é incompatível com o ambiente, sendo ambas faces da mesma moeda, sendo fundamental aliar o conhecimento à construção da economia azul, sem degradar o oceano e potenciando a sua utilização e produção. As áreas com maior potencial no futuro, de acordo com as maiores consultoras globais, incluem (1) o transporte marítimo e a transformação promovida pelo *green shipping*, associando os navios e os portos no esforço de descarbonização; as (2) energias renováveis no oceano, motor da transição energética e da descarbonização; e (3) a aquicultura para produção de alimentos de forma sustentável.

Salientou que, por vezes, se tem a ideia que se tem investido pouco no mar. Porém, de acordo com a Conta Satélite do Mar, já se investiram mais de mil milhões de euros no atual quadro comunitário. Estão igualmente previstos investimentos no próximo quadro comunitário, de 392 milhões de euros no âmbito do Portugal 2030 e de 252 milhões de euros no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Mas existem muitos outros projetos, nomeadamente a construção de um Centro de Inovação e Desenvolvimento das Energias Renováveis do Oceano em Viana do Castelo. Pretende-se também criar duas Zonas Livres Tecnológicas (ZLT) envolvendo a academia, a indústria e outros utilizadores finais, uma delas em Troia, com a Marinha, e outra em Viana do Castelo.

Lançou um apelo para uma atenção especial para a segunda Conferência do Oceano das Nações Unidas, evento que se realiza em Lisboa e que considera uma grande oportunidade para salvar o oceano, reconhecendo que não existem muitas de igual potencial, apelando também a um compromisso – o passar das declarações à ação. Lembrou a realização de *side events* à conferência, para os quais recomendou também a participação, em particular para o evento dedicado à governança que se realiza no dia 25 de junho em Matosinhos; e ao evento que se realiza no dia 27 de junho no Estoril, dedicado ao investimento na economia azul.

Referiu ainda que o oceano está intimamente ligado ao espaço. Relembrou que o objetivo de estabelecer 30% do oceano como áreas marinhas protegidas até 2030, vai exigir a utilização de recursos espaciais para a vigilância, para se conseguir monitorizar as enormes áreas controladas. Existe capacidade em Portugal para juntar a tecnologia espacial, a robótica e as novas tecnologias, colocando-as ao serviço da monitorização das áreas marinhas. É agora tempo de passar dos protótipos ao processo de industrialização, e iniciar a produção e exportação de produtos e serviços de elevado valor acrescentado.

Concluiu referindo que “hoje temos um mar de oportunidades; oxalá estejamos à altura de as aproveitar”.

## 7. ANÁLISE DO EVENTO E CONCLUSÕES

A Jornada EXPORTAR na Economia do Mar revelou-se um evento de enorme sucesso e riqueza de partilha de conhecimentos, experiências e de contactos. Todos os contributos foram valiosos e contribuíram para o enriquecimento e motivação de todos os participantes, tendo sido efetivamente promovido o desenvolvimento da economia do mar na região.

A organização do evento foi exigente, mobilizando uma vasta equipa de pessoas. O seu trabalho foi, como é normal, invisível para a maior parte dos participantes, mas percebido pelos mais atentos. Na opinião generalizada, o evento correu bem e ultrapassou mesmo expectativas, sendo de destacar os seguintes pontos positivos:

1. O valor e transparência da informação apresentada pelos oradores, com partilha de informação valiosa e útil;
2. Os contactos realizados no âmbito dos espaços de *networking*;
3. A aproximação entre entidades e organizações presentes;
4. A perceção generalizada de que existem desafios e oportunidades na economia azul, para pequenas, médias e grandes empresas;
5. A perceção da disponibilidade de apoios financeiros ao investimento na economia do mar sustentável.

## 8. AVALIAÇÃO DO EVENTO

### PARTICIPAÇÃO

**Inscrições:** Registou-se a inscrição de 82 pessoas na Jornada EXPORTAR, 45 em formato presencial e 37 em formato online.

**Participações efetivas:** Participaram no evento 55 pessoas, 37 em formato presencial e 18 em formato online, tendo-se registado picos de audiência de 27 visualizações.

### AVALIAÇÃO

No final do evento foi enviado um questionário de satisfação online tendo sido recolhidas 15 respostas com a avaliação que se apresenta de seguida:

No global, estas jornadas corresponderam às suas expectativas?	Sim	Não	Parcialmente
	100%	0%	0%

À pergunta sobre se saíram da Jornada com vontade de introduzir processos de inovação nas organizações, obtiveram-se os seguintes dados:

Após a participação neste evento pondera vir a introduzir processos de inovação na sua empresa?	SIM	TALVEZ	NÃO
	66,7%	33,3%	0%

Nos restantes itens a avaliar, os participantes atribuíram sempre “Bom” ou “Muito Bom” e “Excelente” a todos.

Item a avaliar	Fraco	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Como avalia a divulgação e organização destas jornadas?	0,00%	0,00%	0,07%	33,33%	60,00%
Como avalia a qualidade das intervenções?	0,00%	0,00%	0,07%	33,33%	60,00%
Como avalia as informações, ferramentas e metodologias disponibilizadas durante estas jornadas?	0,00%	0,00%	0,13%	33,33%	53,34%

No item “Teria interesse em receber mais informações sobre o projeto Inovsea?” todos os respondentes afirmaram que SIM.

## 9. FOTOGRAFIAS DO EVENTO



















